

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ABRANGENDO OS PROCESSOS INCLUSIVOS POR MEIO DE UMA VIVÊNCIA FORMADORA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.

LEANDRO, Cleiciane Vedovetto ¹

LEANDRO, Maria Cleitiane Vedovetto ²

ASSUNÇÃO, Shirlyss Carvalho de ³

SANTOS, Marivania dos ⁴

PEIXOTO, Ana Paula ⁵

MARIANO, Jucimara ⁶

SILVA, Whelington Ribeiro da ⁷

RESUMO

Discutimos neste artigo os processos inclusivos de aluno/as com necessidades educacionais especiais, atendidos/as na Sala de Recursos Multifuncionais de uma escola da rede pública estadual de Juara/MT, instituição parceira nas ações do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas no Pibid, nosso olhar volta-se para compreender como a educação inclusiva é trabalhada no contexto educacional da Sala de Recursos Multifuncionais de uma escola pública que oferta o ensino fundamental. Para a tessitura deste texto, reportamos aos seguintes autores: Ramos (2012), Laplane (2004), Lei Complementar 49/98 Portaria 305/12/GS/SEDUC/MT (1998) como também as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial (2001). Para alcançar os objetivos propostos, realizamos entrevista semiestruturada com a professora regente da Sala de Recursos Multifuncionais, como subsídios para entender como se dá o processo ensino e aprendizagem dos/as alunos/as que são atendidas/os nesse espaço. Aliada a este instrumento, realizamos semanalmente sessões de observação participante

¹ Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2015). Especialista em Educação Infantil (FACULDADE SÃO LUIS-2017), professora efetiva na creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes em Juara-MT.

² Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2015). Especialista em Educação Infantil (FACULDADE SÃO LUIS-2017), Técnica de Desenvolvimento Infantil efetiva na creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes em Juara-MT.

³ Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2015). Especialista em Educação Infantil (FACULDADE SÃO LUIS-2017), Técnica de Desenvolvimento Infantil efetiva na creche Municipal Madre Paulina em Juara-MT.

⁴ Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2016). Técnica de Desenvolvimento Infantil efetiva na escola municipal Cantinho Mágico em Juara/MT

⁵ Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2014). Especialista em Educação Infantil (CENTRO UNIVERSITARIO DE MAUÁ-2015). Especialista em Psicomotricidade (FACULDADE SÃO LUIS-2017) e Técnica de Desenvolvimento Infantil efetiva na creche Municipal Luis Inácio do Nascimento em Juara-MT.

⁶ Graduada em Letras (UNEMAT-2003). Especialista em Psicopedagogia e Educação Infantil (FIVE-2005). Professora efetiva na creche Municipal Luis Inácio do Nascimento em Juara-MT.

⁷ Cursando Tecnologia e Sistemas para a Internet (IFMT-2017).

das ações pedagógicas desenvolvidas no contexto da Sala de Recursos Multifuncionais. A análise do conjunto de dados da pesquisa possibilita asseverar que mesmo com as dificuldades que os profissionais da escola enfrentam, os processos inclusivos são foco da escola, todavia há a necessidade de investimentos na formação continuada dos docentes que atuam na sala comum, visto que os processos inclusivos são ações e desafios que toda comunidade escolar deve coletivamente assumir.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Ações Pedagógicas; Pibid

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa como se dá o processo ensino e aprendizagem na Sala de Recursos Multifuncionais e como a escola trabalha na interação entre o que é desenvolvido na sala comum e na Sala de Recursos Multifuncionais para que esse trabalho pedagógico em conjunto tenha melhores resultados na vida escolar dessas crianças e adolescentes.

Para tanto, tivemos de nos reportar aos documentos oficiais que amparam a Educação Inclusiva, as diretrizes que oficializam a criação da Sala de Recursos Multifuncionais, como um espaço que garante o direito de educação para todos/as os alunos/as com alguma necessidade educacional especial.

A pesquisa é de cunho qualitativo, associada à observação participante e entrevista semiestruturada. Começamos as sessões de observações no mês de março de 2014, na ocasião da nossa imersão nas atividades do Pibid na escola pesquisada. Para o registro das observações, adotamos o diário reflexivo.

Organizamos o texto em três seções: na introdução contextualizamos brevemente os objetivos e a temática de estudo; na segunda seção sucintamente descrevemos as políticas de educação inclusiva; na última seção Sala de Recursos Multifuncionais: que espaço é esse? Apresentamos as ações pedagógicas e inclusivas que são promovidas neste contexto, a partir das vozes da professora regente que atua na Sala de Recursos Multifuncionais. E, por fim, tecemos algumas considerações que reafirmam as contribuições das ações formativas do Pibid em nossa formação pessoal e profissional, especialmente, na área de Educação Inclusiva.

2. EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS INCLUSIVOS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Sabemos que a Educação Especial no país, como também no mundo já passou por grandes transformações, porém foi no final do século XIX e início do século XX que começam a ser criadas escolas para atender essas crianças, mesmo que fosse de forma à parte, no Brasil, foi somente na década de 70 que os governos passam a discutir essa necessidade de criação de escolas públicas ou particulares para que essas pessoas que nasciam com algumas limitações comessem sua inserção no meio social escolar.

O processo de Inclusão e Educação Especial se deu por meio de inúmeros movimentos sociais e religiosos ao longo do tempo, onde essas crianças que eram deixadas nas rodas dos expostos no decorrer dos séculos passam a serem vistas de uma forma mais humanitária, visto que conseguiram esse espaço a partir de lutas, como também da criação de Políticas Públicas que instituíram a legitimidade desse processo.

As Políticas Públicas que englobam a Educação Especial originaram-se por meio de percepções do governo para que essa realidade comesse a ser mudada, com criação das leis que amparam as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Essas políticas e leis que foram implantadas nesse processo começam desde a Constituição Federal de 1988, criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) promulgada e sancionada em 1996, como também o documento mais recente que permeia a Educação Especial que são as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), em que explicitamente menciona a inclusão, caracterizando-a como política centrada na reestruturação dos sistemas de ensino, como evidencia Laplane (2004, p. 30).

3 DIMENSÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

A partir do levantamento bibliográfico, optamos pela abordagem da pesquisa qualitativa, em que pudemos buscar informações necessárias para atingir os objetivos da pesquisa já citados anteriormente. Para Minayo (2001),

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14).

Para garantia de melhores resultados na pesquisa não se daria de outra forma se não fosse a partir da aproximação com os/as sujeitos/as pesquisados/as, posto que a pesquisa qualitativa se difere da quantitativa, visto que nos possibilita subsídios para compreender significado de valores, crenças a partir das ações pedagógicas, bem como as múltiplas interações entre os/as protagonistas do processo inclusivo.

A observação participante também foi imprescindível para que pudéssemos obter os resultados dessa pesquisa, uma vez que estamos inseridas nas ações de formação do Pibid como já mencionado, e essa técnica de observação nos auxiliou no processo de identificação e análise dos resultados pesquisados.

A observação participante como um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. (MINAYO, 2012, p. 70).

O pesquisador pode ter ações que modifique não só o seu contexto pesquisado, como também a si mesmo em suas ações e pensamentos, como retrata Minayo (2012).

Para melhor análise do dia-a-dia da Sala de Recursos Multifuncionais contamos, também, com suporte do diário reflexivo, onde anotamos as atividades propostas pela professora, às atividades desenvolvidas por nós, bolsistas, como também os outros fatores que são de importância para o desenvolvimento do trabalho realizado pelos/as bolsistas que cooperam nesse processo de aprendizagem para ambos os/as sujeitos/as envolvidos/as nessa prática.

Ao lado das sessões de observação, realizamos junto à professora regente da Sala de Recursos Multifuncionais⁸ uma entrevista semiestruturada que nos deu subsídios para maior compreensão de como se operacionaliza o processo inclusivo dos/as alunos/as atendidos/as nesse contexto educativo.

Segundo Minayo (2012, p. 64) “a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada”, pois esta estratégia de pesquisa abre caminhos para que possamos interagir com o entrevistado/a e, ao mesmo tempo, espaço para melhor compreensão das respostas fornecidas, uma vez que podemos usar um roteiro previamente elaborado, o que abre caminhos para novos questionamentos quando necessário.

4 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: QUE ESPAÇO É ESSE?

No que diz respeito à Sala de Recursos Multifuncionais, essa foi criada em 1985, com intuito de auxiliar o/a aluno/a incluído na sala de aula regular, como também ao/a professor/a que recebia esses/as alunos/as, pois na maioria das vezes esse/as professores/as nunca havia trabalhado com algum/a aluno/a com necessidades educacionais especiais antes, como afirma Ramos (2012, p. 198).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica definem a Sala de Recursos Multifuncionais assim:

Serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais semelhantes, em horário diferente daquele que frequentam a classe comum. (2001, p. 50).

Esse espaço é de grande representatividade e de muita importância para o desenvolvimento e melhor aperfeiçoamento de suas atividades, sejam elas físicas

⁸ A professora regente da Sala de Recursos Multifuncionais é graduada em Pedagogia e especialista em Educação Especial e Inclusiva.

ou intelectuais na vida desses/as alunos/as. Nesse espaço, podemos perceber o quão importante é para eles/as esse momento que vivem, pois compreendem que essa ação resulta em melhorias para sua aprendizagem.

A Sala de Recursos Multifuncionais foi implantada pelo Ministério da Educação (MEC) na Escola Estadual Daury Riva, no município de Juara no ano de 2011. Atende ao todo vinte e três (23) alunos/as, sendo doze (12) no período matutino e onze (11) no período vespertino. Os/as alunos/as atendidos/as na Sala de Recursos Multifuncionais são oriundos/as da classe econômica média e média baixa, residentes nos bairros Jardim Califórnia que se localiza próximo à escola, como também pertencentes à zona rural do município.

A maioria desses/as alunos/as vai de duas a três vezes por semana, em horários opostos da sala de aula regular. São atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais, no máximo, quatro alunos/as por período, visto que cada um destes/as tem seu tempo e especificidade de aprendizagem.

Sobre a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais e forma como os/as alunos/as são encaminhados/as para esse espaço, a professora regente (PR) afirmou:

PR: *A Sala de Recursos foi implantada aqui na Escola Daury Riva em 2011, quando detectou a necessidade de alunos que tinham laudos de serem atendidos. Esses alunos foram encaminhados por psicólogos, terapeutas ou neurologistas, tudo com laudo médico. (Entrevista, 29/08/2014).*

Pesquisadoras: Somente alunos/as com laudos médicos são atendidos/as nesse espaço?

PR: *Sim só os alunos que têm laudos com deficiência mental, física, auditiva, baixa visão, altas habilidades, superdotados, então tem que ter uma dessas características para ser atendidos na Sala de Recursos. (Entrevista, 29/08/2014).*

Segundo a Lei Complementar 49/98, Portaria 305/12/GS/SEDUC/MT em seu artigo 7º nos diz que a Sala de Recursos Multifuncionais atende no mínimo dois (02) alunos/as e no máximo quatro (04), quando houver deficiências múltiplas (surdez e cegueira) e de no mínimo cinco (05) e de no máximo quinze (15) por turma de Déficit Intelectual; Surdez ou Deficiente Auditivo; Deficiente Visual, cegos ou baixa visão; Transtorno Global de Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação. Sendo que em seu Parágrafo Único diz que cada aluno/a do Atendimento Educacional

Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais) terá no mínimo de quatro horas semanais de atendimento.

Para que esse trabalho seja realizado de forma significativa faz-se necessária a sintonia entre a sala comum e a Sala de Recursos Multifuncionais, pois é por meio dessa parceria que se dá o real desenvolvimento desses/as alunos/as em sala de aula regular, pois com essa interlocução entre os profissionais estabelece melhor planejamento em suas atividades e o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico com os/as alunos.

Ao indagarmos como se dá a relação entre o/a professor/a da sala comum com a professora da Sala de Recursos Multifuncionais, a **PR** esclareceu:

Tem um intercâmbio, tem um diálogo constante, semanalmente fora a hora atividade que a gente já conversa com os professores de sala regular, eu tenho duas horas semanais para estar procurando esses professores da sala regular e confeccionando atividades junto com eles que tem uma relação entre o que está trabalhando na sala regular e o que tá trabalhando na sala de recurso. São raros os casos que a gente não consegue fazer esse intercâmbio porque o aluno não pode ficar de certa forma, desconectada, a Sala de Recurso tem que estar no mesmo ritmo da sala regular. (Entrevista, 29/08/2014).

Para reafirmar o esclarecimento da **PR**, Ramos (2012, p. 206) nos diz que:

As estratégias de trabalho e seus resultados deverão ser anotados para uma posterior troca de opiniões entre os profissionais que trabalham com esses alunos, como também com os demais profissionais da escola e com a família. O objetivo principal é assegurar que o aluno receba os meios e resposta educativa de que necessita para progredir no sistema educativo em igualdade de condições.

Essas estratégias e trabalho harmonioso entre todos/as os/as profissionais envolvidos nesse processo ensino e aprendizagem com certeza é de grande valia para o desenvolvimento escolar e social desses/as alunos/as.

Na condição de bolsistas do Pibid, acompanhamos as ações pedagógicas que são propostas a quatro alunos/as na Sala de Recursos Multifuncionais. Os/as alunos/as que são atendidos/as nesse espaço no momento que vivenciamos as ações formativas do programa no contexto da sala de aula correspondem as seguintes especificidades: três (03) Deficientes Mentais e um (01) deficiente auditivo, ou seja, três estão na 3ª fase do 3º ciclo e uma na 3ª fase do 2º ciclo do Ensino Regular.

Ao questionarmos a **PR** sobre as contribuições que os/as bolsistas do Pibid trazem para o desenvolvimento dessas atividades dentro da escola, ela nos afirma que:

Os acadêmicos bolsistas estão contribuindo muito, pois é uma troca, eles vêm com as inovações, as pesquisas, e opiniões da universidade, e a gente tem essa troca, demonstra os métodos como trabalha com esses alunos que também é experimental, porque nós não tivemos uma formação continua na educação especial. Na sala de recurso eu estou há dois anos, então é tudo muito novo, vamos pesquisando e toda ajuda, colaboração e a paciência em observar que os pibidianos trazem, sabemos que na educação tudo é transformado e que, algumas vezes, a gente traz um plano de aula pensado, perfeito e chega na hora não funciona, por que é flexível. Então, o auxílio do pibidiano é muito importante na sala de aula sim, eles conseguem perceber essa dinâmica da escola, conseguem auxiliar no momento necessário, principalmente, os que me acompanham aqui, me ajudam mesmo com os alunos em sala, e isso é bom pra eles também perceber como é a educação no dia-a-dia. (Entrevista, 29/08/2014).

A relação interpessoal que se dá entre os/as alunos/as ditos/as “normais” e os/as alunos/as da Educação Especial, segundo a **PR**, acontecem de forma harmoniosa:

Normal, aqui na escola a inclusão é bem bacana, a gente percebe que os alunos de sala de recurso têm o mesmo convívio com os outros da sala regular, até a cadeirante todos os alunos ajudam ela no horário de recreio. Eles têm uma vida normal na sala regular e a sala de recurso também. (Entrevista, 29/08/2014).

Embora, a **PR** tenha afirmado que há essa interação, ao observarmos o momento de intervalo que acontece na escola, percebemos que esses/as alunos/as quase sempre estão sozinhos/as, salvos os momentos em que eles/as procuram um diálogo entre os/as demais colegas da escola.

Por compreendermos que o processo inclusivo acontece em diferentes espaços e momentos, a hora da descontração, das brincadeiras, das atividades realizadas em grupos, faz-se necessário um investimento por parte dos profissionais da escola em estabelecer ambiências em que estes alunos/as sintam-se valorizados e incluídos no rol das atividades rotineiras da escola, pois o processo de inclusão não acontecerá se a indiferença permear esse percurso formativo. Uma boa estrutura arquitetônica é importante, todavia não se configura como um elemento determinante da inclusão na escola.

A estrutura física da sala é bem iluminada, com boa ventilação, com espaço amplo, facilitando, assim, a aprendizagem dos/as alunos/as, todavia em relação aos materiais didáticos disponíveis na Sala de Recursos Multifuncionais o que podemos

perceber é que esse espaço conta com um grande déficit de materiais em sala e, em sua maioria, é composta por materiais recicláveis. Vale ressaltar que esses materiais são de grande importância, porém infelizmente não dispõem dos mesmos suportes que cada aluno/a atendido/a naquele espaço necessita.

Um exemplo do que estamos retratando acerca do déficit de materiais necessários à Sala de Recursos Multifuncionais são a falta de móveis adequados, como mesas redondas, computadores conectados à internet que possam atender, principalmente, alunos/as com Deficiência Auditiva, uma vez que eles/as demonstram grande interesse no uso dessa tecnologia para seu desenvolvimento e aprendizagem.

No que diz respeito a essa falta de materiais pedagógicos e de materiais permanentes, em diálogo com a professora regente da sala, ela nos disse que a escola já realizou junto ao MEC e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) o pedido desses kits para atender esses/as alunos/as, mas até o momento a escola não foi contemplada com esses materiais.

Além da falta de materiais pedagógicos e permanentes, a **PR** destaca a necessidade de investimentos na formação continuada dos/as professores/as que atuam em sala de aula comum, visto que, na maioria das vezes, esse/as professores/as não conseguem fazer uma intervenção pedagógica com os/as alunos/as com necessidades educacionais especiais, por falta de conhecimentos específicos da área da educação especial, uma vez que a mesma destaca que somente o professor/a da Sala de Recursos Multifuncionais recebe essa formação, como identificamos nos argumentos da **PR**:

O processo de inclusão é em longo prazo, nós estamos caminhando, não só na escola, mas no Mato Grosso, no Brasil e no mundo. Por quê? Porque depende muito do financeiro, de estrutura física e nós temos. Nós temos banheiros adaptados, rampas, assim na cidade uma das escolas mais arquitetonicamente falando inclusiva é o Daury, só que eu sei que nós estamos caminhando, porque precisa muito para melhorar essa verdadeira inclusão, até o próprio governo ele traz metas de inclusão, mas ele não traz formação para os professores de sala regular para trabalhar com essas crianças. Então, o que é feito na inclusão aqui na escola são esforços próprios dos professores de sala de aula regular e de sala de recurso, principalmente, pra que esse aluno seja atendido de acordo com a necessidade específica dele.

Para que aconteça a real inclusão dentro de uma escola que oferta esse ensino não basta ter somente estrutura física como relata a **PR**, mas também um maior comprometimento das políticas educacionais em relação a esse processo,

pois a escola e os profissionais que fazem parte dela não medem esforços para que isso aconteça, todavia, precisa ter maior investimento na aprendizagem desses/as alunos/as no que diz respeito a sua formação pessoal e futuramente profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas no âmbito do Pibid nos proporcionaram uma grande experiência, principalmente, no que diz respeito à Educação Inclusiva, uma vez que atuamos na Sala de Recursos Multifuncionais e diariamente nos deparamos com os desafios que os/as professores/as enfrentam com crianças com necessidades educacionais especiais.

A possibilidade de atuar nessa respectiva Sala nos deu maior amparo em relação ao conhecimento dos processos inclusivos, pois sabemos que é um processo longo e desafiador para qualquer instituição de ensino. As leis que permeiam a Educação Especial, muitas vezes, deixam a desejar, pois quando se é para dar suporte nas escolas a lei não é exercida com a mesma exigência proposta no documento.

A nossa inserção nesse processo nos fez crescer enquanto profissional, uma vez que tivemos a oportunidade de conhecer esse processo que nos possibilitou aliar teoria e prática, perceber as fragilidades e potencialidades na aprendizagem das crianças atendidas naquele espaço.

Reafirmamos que essa experiência nos fez rever muitos conceitos no que tange a Educação Especial e o Processo Inclusivo de crianças com necessidades educacionais e especiais, não apenas como profissionais docentes, mas também como pessoa, como seres que podem contribuir para que esse processo aconteça cada vez mais em nosso meio, pois é por meio de esforços da escola, das famílias e da comunidade escolar que essa prática está se consolidando cada vez mais no interior da instituição pesquisada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. 79 p.

BRASIL, **Lei Complementar 49/98 Portaria 305/12/GS/SEDUC/MT**. Disponível em: www.seduc.mt.gov.br/download_file.php?id=15535>. Acesso em: 11 ago. 2014.

LAPLANE. Adriana Lia Friszman de. Contribuições para o debate sobre a política de inclusão. In: LODI, Ana Claudia B.; HARRISON, Kathryn Marie P.; CAMPOS. Sandra Regina L. de (Orgs) **Leitura e escrita**: no contexto da diversidade. Porto Alegre: Mediação, 2004. Cap. 03, p. 27-32.

RAMOS, Alice de Moura. Sala de recursos e professor itinerante. (Orgs.). In: HERCULANO, Cláudia Vieira Castro; RAMOS, Alice de Moura; CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Tópicos em educação especial**. V. único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012. Aula 13, p. 195-206.